



A TESTEMUNHA QUE NÃO SE PODE SUBORNAR: FOTOGRAFIA COMO ARMA DE GUERRA NAS TENSÕES INTERIMPERIAIS EM ÁFRICA (1903-1919)

Naiara Krachenski

Universidade Estadual do Paraná

Em uma fotografia vemos dois homens em Nsongo, no Congo leopoldiano, a segurar as mãos decepadas de seus companheiros de trabalho; noutra, no mesmo Estado Livre do Congo, vemos um pai que olha desoladamente para as mãos e os pés decepados de sua filha de cinco anos; numa terceira imagem, mais de uma década depois, vemos as costas de uma mulher, de nome Auma, no hospital de Gobabis, à época Sudoeste Africano, completamente deformada pelos abusos do castigo com o chicote; finalmente, em uma quarta fotografia, podemos ver três homens negros após sua execução por enforcamento também ali, que outrora havia sido a menina dos olhos dos alemães em África.

Para além da notável semelhança no ato de mostrar, sem grandes censuras, as atrocidades em solo colonial africano, tais fotografias se parecem entre si pelo fato de que foram utilizadas como registros definidores dos futuros de seus territórios e daqueles poderes europeus que até então os dominavam. No primeiro caso, o Estado Livre do Congo, em realidade, uma propriedade particular de Leopoldo II, após uma intensa campanha levada a cabo por missionários, passa, em 1908, a se chamar Congo Belga e a ser oficialmente uma colônia deste país. No segundo caso, a África de Sudoeste Alemã, colônia mais rentável da Alemanha, após o período da I Guerra Mundial – que também teve importantes impactos em solo africano – passa, no ano de 1918, para o controle da União Sul-Africana, país independente, mas participe do domínio britânico no continente. Em ambos os casos, tais fotografias foram utilizadas como verdadeiras armas de guerra, instrumentos de estratégias que garantiram nas fotografias suas mais verdadeiras testemunhas.

De forma geral, já há alguns anos a historiografia vem considerando o arquivo visual do colonialismo como um importante objeto de pesquisa. Inúmeros suportes visuais – fotografias,



cartazes, cartões-postais etc – são recuperados agora por historiadores e historiadoras interessados em compreender como as imagens foram mobilizadas à serviço dos impérios coloniais dos séculos XIX e XX²¹. Uma das principais problemáticas dos pesquisadores era – e continua sendo – o entendimento de como tais artefatos visuais criavam, reproduziam e colocavam em circulação uma miríade de significados sobre os Outros coloniais, vale dizer, como tais imagens criavam ou multiplicavam estereótipos raciais assentadas sobre o binômio inferior/superior ou negro/branco. No entanto, com o desvelamento de um sem fim de fontes visuais à disposição dos historiadores, foi-se percebendo que, para além da evidente utilização das imagens como um instrumento de poder dos países colonizadores, essas imagens, a depender do que elas representam e de como e onde elas circulavam, nos mostram uma relação muito mais complexa entre o império e a visualidade²².

É precisamente a partir de tal compreensão que chamamos a atenção para as fotografias descritas acima. Ainda que resultado de um intrincado jogo contextual e, portanto, envoltas em uma abundante rede de significações, estas fotografias não nos expõem de início aquela significação mais presente nas análises da visualidade dos impérios: aquela que busca criar uma realidade de superioridade racial do sujeito colonizador *versus* a inferioridade racial do sujeito colonizado. Ao contrário, em uma primeira vista as fotografias que trabalhamos aqui se apresentam como um movimento de denúncia aos abusos coloniais. Buscaremos, pois, compreender em que consiste esse movimento, como eles se formaram, a quem eles servem e como a fotografia se torna o seu meio principal.

No ano de 1905, o conhecido escritor estadunidense Mark Twain publica *O Solilóquio do Rei Leopoldo*, obra satírica em que o autor simula um monólogo de Leopoldo II da Bélgica em defesa de suas ações no Congo. Este livro fez parte de uma intensa campanha humanitária

²¹ RYAN, James. “Fotografia Colonial” In VICENTE, F. L. (Org) *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)* Lisboa: Edições 70, 2014, p. 32.

²² *Idem*, p. 39.



internacional de denúncia contra as atrocidades cometidas no Estado Livre do Congo desde fins do século XIX. Entre os anos de 1903 e 1904, Roger Casement (cônsul britânico no Congo) e Edmund Dene Morel (à época funcionário de uma companhia britânica de transportes em Antuérpia) fundaram a Associação para Reforma do Congo (*Congo Reform Association*), uma entidade que teve como principal objetivo expor para o mundo ocidental as barbáries cometidas neste reino privado de Leopoldo. Dentre inúmeras publicações acusatórias como o livro de Mark Twain utilizadas para angariar apoio da opinião pública europeia e norte-americana, o instrumento central na estratégia de denúncia foram as fotografias feitas pelo casal Alice Seely Harris e John Harris, que tinham vivido no Estado Livre do Congo desde 1898 como missionários. Tais fotografias viajaram o mundo ocidental expostas em forma de *slides* em um tour organizado pela Associação em 1905. A “lanterna mágica” – como eram conhecidas as apresentações de *slides* fotográficos naquele momento - foi exatamente aquilo que possibilitou a sensibilização da opinião pública contra o regime de horror praticado por Leopoldo no Congo. O desfecho dessa campanha extraordinária foi o fim do Estado Livre do Congo nas mãos do rei belga e a formalização do Congo como colônia da Bélgica em 1908.

Conforme salienta a bibliografia sobre o tema, a lanterna mágica que expôs as odiosas atividades em solo congolês foi o primeiro movimento humanitário a utilizar largamente a fotografia – e em especial, a fotografia de atrocidade – como arma principal para comprovar as suas acusações. De forma significativa, sob a pena de Mark Twain, Leopoldo reconhece que a fotografia havia sido a única testemunha que ele não teria podido subornar. Nascia, aqui, uma nova função para a fotografia, já desde meados do século XIX entendida como cópia perfeita do real: a função de documentação histórica e jurídica. Na coleção fotográfica de Alice Harris, as imagens seguem o mesmo padrão estético daquelas capturadas em contexto colonial: 1. Ou tais registros eram feitos de maneira “científica” e “objetiva” – fotografias que mostravam os sujeitos colonizados com as mãos decepadas de frente para a câmera do fotógrafo, geralmente sentados e com o membro decepado sob um tecido branco -, 2. Ou as fotografias eram arranjadas para criar um aspecto sentimental e dramático – como a de Nsala, o pai que olha em lamento para os pedaços de sua filha. De acordo com John Peffer, as



fotografias da Campanha de Reforma do Congo foram responsáveis também por instituir uma nova modalidade nas já bem estabelecidas coleções de “tipos coloniais”: expunha-se agora a tipologia das “vítimas da violência colonial”²³.

Vemos, então, uma conjuntura de significados para estas fotografias se formar em frente aos olhos do historiador: temos aqui uma organização humanitária angariando esforços para a salvação daqueles africanos vítimas do sistema leopoldiano que confia ao registro fotográfico seu mais alto grau de veracidade. Mas estaria tal organização indo tão longe a ponto de reavaliar, com o instrumental fotográfico, os pressupostos coloniais *tout court*? Ou se escondem aí novos significados possíveis para estas fotografias?

Uma década depois da Campanha de Reforma do Congo, no ano de 1915, a África de Sudoeste Alemã é invadida por tropas militares sul-africanas que acabam por controlar a região no contexto da Primeira Grande Guerra. Em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes, a Alemanha perderia oficialmente todos os seus mandatos coloniais que passariam a ser gerenciados pelos países da Liga das Nações. Nesse contexto de intensa rivalidade entre os países, vê-se surgir um importante documento utilizado como prova de que a Alemanha havia gestado uma colonização excessivamente violenta e que, pelo “bem dos povos colonizados”, ela não poderia ter seu poder colonial restaurado. O *Relatório sobre os nativos da África de Sudoeste e seu tratamento pela Alemanha*, ou simplesmente, o Blue Book de 1918, afirmava trazer evidências concretas dos maus tratos e abusos que os colonizadores alemães haviam submetido os sujeitos coloniais desse território.

Dentre tais evidências, claro, havia uma dezena de fotografias. Diferentemente das fotografias da Campanha do Congo, as fotografias do Blue Book – até onde nos foi possível investigar – não foram produzidas com a finalidade explícita de denunciar os abusos. No

²³ PEFFER, John. “Snap of the whip/ Crossroads of shame: flogging, photography and the representation of atrocity in the Congo Reform Campaign” In *Visual Anthropology Review*, v. 24, 2008, p. 61.



entanto, sua utilização na montagem do Blue Book pelos sul-africanos, bem como sua apropriação pelos ingleses, deu a estas imagens uma possibilidade para explorar as atrocidades dos alemães em solo africano. Junto com uma série de testemunhos orais dos indivíduos que haviam sofrido na pele a brutalidade da colonização germânica e os abusos sem fim da guerra colonial de 1904-1908 (inclusive testemunhos que serviram para desvelar o genocídio do povo herero ainda em contexto imperial), as fotografias apresentadas no Blue Book seguiam uma lógica muito próxima àquela documental e científica já apresentada pela Campanha do Congo. No entanto, diferentemente da experiência da CRA que se destinava a um público amplo e que acabou por transformar a atrocidade em um verdadeiro espetáculo moderno, a narrativa visual do Blue Book foi mais restrita, tendo em vista o relatório ser um documento oficial da diplomacia britânica – ainda que se tenham expostas algumas imagens e depoimentos em periódicos naquele contexto de guerra.

Verificamos também aqui, um espaço onde a fotografia foi utilizada como prova irrefutável daquilo que se pretendia denunciar. A partir da narrativa construída pelo Blue Book, os alemães tratavam os nativos como verdadeiras pestes e demonstravam, por isso, a incapacidade da Alemanha no processo de civilização implícito no empreendimento imperial²⁴. Também aqui sobrepõem-se as várias significações que estas imagens adquirem na sincronia histórica: a fotografia representaria mesmo a denúncia de violência de um poder colonial por outro poder colonial em nome do fim da opressão?

Ambos os casos apontam para uma mesma função da fotografia assumida em contexto colonial. Para além da representação racista que opõe dois mundos opostos, as fotografias utilizadas como armas de guerra serviram como uma tentativa de reorganizar a geopolítica simbólica do império através das rivalidades entre as próprias metrópoles. A campanha pelo

²⁴ TWOMEY, Christina. "Atrocity narratives and inter-imperial rivalry: Britain, Germany and the treatment of native races, 1904-1939" In CROOK, T. & GILL, R. & TAITHE, B. (Org.) *Evil, barbarism and Empire: Britain and abroad, 1830-2000*. Londres: Macmillan Palgrave, 2011, p. 206.



Congo ao evidenciar a continuidade do trabalho escravo e as violências extremas a que os colonizadores recorreram para a exploração do marfim e, sobretudo, da borracha entre os séculos XIX e XX, pôs em movimento uma onda humanitarista em que a compaixão e, sobretudo, a indignação filantrópica missionária assumiu o tom e se construiu largamente pelo registro fotográfico. É necessário destacar, contudo, que ainda que a Associação para Reforma do Congo tenha se configurado como uma verdadeira campanha em defesa do que hoje chamaríamos de Direitos Humanos e que, portanto, tenha sido um importante episódio na deflagração de um espírito anticolonial, em momento algum a Associação mostrou-se contrária ao imperialismo como missão civilizadora. As atrocidades reveladas pela câmera fotográfica atestavam não a falência do sistema colonial como um todo, mas a deturpação de um modelo de colonialismo que havia “traído” os ideais assumidos pelas potências europeias na Conferência de Berlim de 1884-1885 – vale dizer, o sistema colonial leopoldiano não era pensado como o modelo por excelência do colonialismo, mas como um caso isolado que havia se deixado cegar pela ganância e pelos lucros exorbitantes, ao invés de garantir um livre comércio na região e, sobretudo, no processo de tutorear os africanos no caminho para a civilização – e as fotografias serviram como provas irrefutáveis sobre este fato. Nesse sentido, ao invés de contestar o colonialismo como estrutura, a campanha fotográfica da Associação para Reforma do Congo denunciou os abusos particulares do rei Leopoldo II.

Com a mesma função de evidência incontestável dos abusos cometidos pelos alemães na África de Sudoeste, as fotografias das atrocidades contidas no Blue Book serviram a um propósito similar: com este documento o governo britânico não estava colocando em xeque a estrutura colonial como um todo, e sim reprovando o sistema alemão de colonização. Aquele país que havia sido um dos principais inimigos da Inglaterra na Primeira Guerra Mundial deveria ser retirado do “justo” sistema da Liga das Nações. Para tanto, as fotografias recolhidas para o Relatório precisavam enfatizar o sofrimento dos africanos como prova da incapacidade da Alemanha de se adequar aos princípios da civilização ocidental. Nesse sentido, a narrativa visual sobre a história da colonização alemã – cotejada com os



depoimentos orais - a afastava da posição garantidora do “melhoramento das raças subalternas”, como expresso no artigo 119 do Tratado de Versalhes.

As fotografias que compunham essa “coleção de atrocidades” no início do século XX, portanto, tornavam visíveis as reprováveis atitudes do sistema leopoldiano e do colonialismo alemão sem, no entanto, enquadrar em seu escopo a cumplicidade de todo o sistema colonial europeu em África. Nesse sentido, é de nosso interesse particular investigar mais profundamente como esta miríade de significados operou em contexto colonial tendo em vista os objetivos de reorganização geopolítica desse sistema, bem como, perceber como os sujeitos africanos foram incorporados à rivalidade interimperial europeia através da fotografia.

Fontes

Report on the natives of South-West Africa and their treatment by Germany. Prepared by the Administrator's Office, Windhuk, South-West Africa, January 1918.

Congo Atrocity Lantern Lecture; Alice Seely Harris Archive Collection - <https://antislavery.ac.uk/>.

Bibliografia

PEFFER, J. “Snap of the whip/ Crossroads of shame: flogging, photography and the representation of atrocity in the Congo Reform Campaign” In *Visual Anthropology Review*, v. 24, 2008.

RYAN, J. “Fotografia Colonial” In VICENTE, F.L. (Org.) *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

SEALY, M. *Decolonising the camera: photography in racial time*. Londres: Lawrence & Wishart, 2019.

SILVESTER, J. & GEWALD, J.B. “Footsteps and tears: an Introduction to the construction and the context of the 1918 Blue Book” In *Words cannot be found: German colonial rule in Namibia – an annotated reprint of the 1918 Blue Book*. Leiden: Brill, 2003.





SILVESTER, J. *Changing History: World War I and Namibia*. Windhoek: Museums Associations of Namibia, 2015.

TWOMEY, C. "Atrocity narratives and inter-imperial rivalry: Britain, Germany and the treatment of native races, 1904-1939" In CROOK, T. & GILL, R. & TAITHE, B. (Org.) *Evil, barbarism and Empire: Britain and abroad, 1830-2000*. Londres: Macmillan Palgrave, 2011.

VICENTE, F. L. "Que imagens contam o que foi a Grande Guerra?" In JERÓNIMO, M.B. (Org.) *Portugal e a Grande Guerra: contextos e protagonistas*. Lisboa: Edições 70, 2015.